

ONGs tentam deter *trem* do lote para funcionários

Projeto com amplo respaldo na Câmara Legislativa destina áreas de proteção a moradias de servidores públicos

Kátia Marsicano
Da equipe do **Correio**

Representantes de 21 organizações não-governamentais ambientalistas do Distrito Federal resolveram entrar na briga para evitar que o projeto de lei que cria quatro novas áreas habitacionais no Plano Piloto e Lago Norte seja aprovado hoje na Câmara Legislativa. Apesar do lobby dos sindicatos de servidores do Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Polícia Civil, Departamento de Trânsito, Carreira e Fiscalização, Câmara Legislativa e Tribunal de Contas — beneficiários do projeto —, as ONGs querem evitar mais uma ocupação que contraria o próprio Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) do DF e a legislação ambiental.

“Vamos nos mobilizar e tentar mostrar aos deputados distritais que é um absurdo aprovar um projeto como esse”, afirma o superintendente-executivo da Fundação Pró-Natureza (Funatura), o engenheiro florestal César Vitor do Espírito Santo. O projeto estava na pauta da sessão extraordinária de ontem, mas acabou não sendo votado, por falta de quórum.

“Mais uma vez o meio ambiente vai ser desconsiderado”,

diz, referindo-se à necessidade de preservação dos mananciais hídricos da região, como o ribeirão Bananal (que tem o maior volume de água do Parque Nacional) e o córrego do Acampamento. Esse córrego, que tem a nascente a cerca de 500 metros do Lixão da Estrutural, já revela sinais de contaminação, segundo estudos do Departamento de Engenharia Civil da Universidade de Brasília.

Segundo o diretor do Parque Nacional de Brasília, Elmo Monteiro, qualquer projeto de utilização do entorno de áreas de preservação, como o parque, devem respeitar o Decreto 241, de 29/11/1961. Pelo decreto, os

limites do parque estão além da cerca — uma área de proteção de 10 km, que nunca foi respeitada. A própria Asa Norte foi construída dentro dela.

APOIO

O projeto das novas áreas habitacionais, apresentado à Câmara Legislativa no dia 4 de novembro, recebeu o apoio de 21 deputados distritais. Pelo menos dois dos três parlamentares que não o assinaram na época — o presidente da casa, Edimar Pireneus (PMDB), César Lacerda (PDT) e Chico Floresta (PT) — já se manifestaram favoráveis à idéia de transformar o projeto em lei.

Ontem, às 9h, o projeto entrou na pauta da sessão extraordinária e a previsão era de que fosse votado às 15h, em forma de substitutivo. Desde cedo, técnicos da casa estavam discutindo ajustes no texto original, principalmente no que diz res-

peito aos critérios de seleção dos servidores beneficiados.

“Mas o local é o mesmo que propomos inicialmente”, disse o presidente do Sindicato dos Servidores da Câmara Legislativa e Tribunal de Contas do DF, Elton Barbosa da Silva. Todos os deputados concordaram com a escolha das quatro áreas, duas das quais no Lago Norte, uma próximo ao Varjão e a outra ao lado da Granja do Torto, a poucos metros da cerca do Parque Nacional de Brasília. Se depender dos sindicalistas e representantes de associações de classe, a proposta deve ser aprovada no apagar das luzes do ano legislativo, até o próximo dia 15.

Poucos dias depois de o projeto ser apresentado à Câmara Legislativa, a assessoria da Unidade de Desenvolvimento Urbano e Rural e Meio Ambiente da casa elaborou nota técnica, na qual foram apresentados vários aspectos contrários ao assunto. Questionou-se também a forma de seleção dos servidores, considerada discriminatória, por excluir as demais categorias do funcionalismo.

Para o distrital petista Chico Floresta, o projeto tem boas chances de ser aprovado. “A única restrição que fiz foi com relação à preservação do meio ambiente e ao PDOT, mas, se o texto se adequar a isso, não tenho nada contra o benefício aos servidores”. Estima-se que oito mil servidores devam ser beneficiados.

